

Senado inicia hoje votação de pedidos de empréstimos aos municípios

BRASILIA (O GLOBO) — O primeiro dos seis itens da pauta extraordinária do Congresso entra hoje em votação: empréstimos internos e externos aos Estados e municípios, cuja aprovação é de competência exclusiva do Senado. Mas o próprio presidente da Casa, senador Jarbas Passarinho, admitiu ontem que, nesta semana, não serão aprovados.

Até a próxima segunda-feira os empréstimos não deverão sequer ser submetidos à votação. As ordens do dia estarão

preparadas, mas não deverá haver o "quorum" mínimo de 34 senadores para que sejam votadas.

Os senadores do PDS foram desmobilizados durante esta semana, por orientação do líder Nilo Coelho. E as bancadas do PMDB e do PP têm apenas 30 senadores, o que não permite, nem mesmo, que eles rejeitem qualquer dos projetos.

Mas a partir do próximo dia 15, terça-feira, os senadores governistas comparecerão em massa para aprovarem os projetos, que foram incluídos no ato convocatório do presidente Figueiredo a pedido do presidente Jarbas Passarinho e por pressões de vários governadores interessados nos empréstimos.

Os partidos de oposição continuarão o movimento de obstrução às votações, que foi iniciado como forma de protesto. Esta tática consiste no pedido de verificação de "quorum" e também em levantar questões de ordem, o que provoca um demorado processo de votação em cada projeto. Mas o líder do PDS garante que a sua bancada está disposta a enfrentar os desgastes destas sessões, fazendo-se presente ao plenário do Senado "de dia, de tarde e de noite".

As oposições prometem obstrução total às votações. Alguns defendem mesmo esta tática na votação de redação final de projeto, como é o caso do empréstimo de US\$ 30 milhões ao Governo de Mato Grosso do Sul, que foi aprovado com a discordância da maioria dos oposicionistas. Para que os recursos sejam liberados é preciso a publicação da resolução do Senado, cuja redação final tem que ser submetida ao plenário.

Este projeto está entre os 11 que figuram na pauta de hoje. Os demais são: Cr\$ 6 milhões à Prefeitura de Potirendaba (SP); Cr\$ 31 milhões à Prefeitura de Alterosa (MG); Cr\$ 2,7 milhões à Prefeitura de Bernardino de Campos (SP); Cr\$ 28 milhões à Prefeitura de Rio Claro (SP); Cr\$ 129 milhões ao Governo do Rio Grande do Sul; Cr\$ 9 milhões à Escola Superior de Educação Física de Goiás; Cr\$ 130 milhões à Prefeitura de Maceió (AL); Cr\$ 526 milhões à Prefeitura de Joinville (SC); Cr\$ 966 milhões ao Governo de Santa Catarina; Cr\$ 1,4 bilhão ao Governo de São Paulo.